



Município de Silves

## **RELATÓRIO**

**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020**

**FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL  
LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

(artigo 46.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro)

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>- Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>- Passivo</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>- Impacto do Processo Viga d´Ouro nas Finanças Públicas Locais</b>	<b>8</b>
<b>4</b>	<b>- Orçamento para 2020</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>- Plano Plurianual de Investimentos (PPI)</b>	<b>11</b>
<b>6</b>	<b>- Grandes Opções do Plano (GOP)</b>	<b>13</b>
<b>7</b>	<b>- Clareza e Transparência do Orçamento e das GOP</b>	<b>21</b>
<b>8</b>	<b>- Linhas de Orientação Estratégica /Monitorização</b>	<b>21</b>
<b>9</b>	<b>- Nota Final</b>	<b>27</b>

## 1. Introdução

A elaboração do orçamento camarário revela-se invariavelmente um exercício difícil no quadro da obtenção de um equilíbrio sustentável entre receita e despesa, tamanha é a diferença entre os recursos reais e as necessidades que lhes são claramente superiores.

Nos meandros desta contradição insanável, o município tenta otimizar o nível da receita que não se atinge de forma passiva e automática, fazendo uso da aplicação das boas regras de gestão e planeamento e recorrendo à diversificação das fontes de financiamento. No campo da despesa, respeitando também o princípio da boa administração e os vetores que lhe conferem expressão prática, o município desenvolve a sua atividade de acordo com as linhas de orientação estratégica que estão definidas e na base de prioridades, adotando igualmente as vantagens da plurianualidade.

O orçamento e os restantes documentos previsionais, como sempre, são instrumentos orientadores de boa gestão e planeamento, e sendo mais do que um meio para atingir determinados fins, e não um fim em si próprio, constituem um elemento facilitador e flexível, que enquadra e ajuda o município a prosseguir as suas atribuições e a cumprir com o exercício das suas competências.

Por outro lado, a atividade autárquica não pode ser desinserida do contexto nacional, das políticas macroeconómicas e das medidas tomadas a nível central. Ano após ano, os sucessivos governos constitucionais não cumprem com o estipulado na Lei das Finanças Locais, sonhando a transferência de importantes recursos financeiros que ficam retidos no orçamento do Estado.

Contudo, o mais preocupante nos próximos tempos, são as consequências nefastas da implementação da chamada descentralização de competências, contida na Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, que a concretizar-se a partir de 2021, ameaça infernizar a governação municipal. Nos moldes em que foi arquitetada, não passa de uma transferência de encargos e responsabilidades da Administração Central para o Poder Local, sem que os necessários recursos os acompanhem. O constante no artigo 2.º,

alínea f), da referida Lei é explícito ao assegurar a transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, “*considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados.*” Ora, se com estes recursos o Estado tem vindo a degradar severamente os serviços públicos, desde a saúde, à educação, à segurança social, o património cultural ou às vias de comunicação, não são as autarquias, apesar de algum ganho de eficiência, que conseguirão repor os níveis da prestação do serviço público nos patamares desejáveis e condignos.

Note-se que o orçamento municipal acomoda um grande esforço financeiro em termos de despesa com pessoal. Desde 2016, a autarquia tem vindo a reforçar o quadro de pessoal, invertendo o processo de redução de efectivos que ocorreu nos anos anteriores, consequência das medidas austeritárias adotadas sob o signo da Troika e do governo da altura. O aumento da despesa deve-se, pois, às novas contratações, como também às mobilidades internas e às alterações nos vencimentos e nas posições remuneratórias.

Em adição, um dos aspetos gravosos da realidade orçamental no ano vindouro relaciona-se com a difícil conjuntura que se vive no mercado da construção civil que não consegue acompanhar a oferta de obra pública, pela escassez de mão-de-obra existente e pela própria fragilidade do tecido empresarial, tendo como consequência a realização de concursos públicos que resultam desertos e a tendência para inflacionar os preços-base dos respetivos procedimentos, provocando quer o prolongamento dos processos de adjudicação, quer o aumento do esforço financeiro das autarquias e a redução da sua capacidade de investimento.

Não obstante, o orçamento para 2020 prossegue em linha com os anteriores, desde 2014 em diante, promovendo uma política de preços, de taxas e impostos, que é amiga do contribuinte e do munícipe. Destacamos, a este respeito, a aplicação da taxa mínima de IMI (prédios urbanos) e do chamado IMI familiar, com reduções para agregados com descendentes.

Na política social, a autarquia prossegue com a aplicação do Regulamento Municipal de Apoio Social a Pessoas e Famílias Carenciadas ou em Situação de Vulnerabilidade,

aliviando o esforço das famílias nas despesas com habitação, saúde, educação, transportes e com cidadãos portadores de deficiência.

No domínio da habitação, destaca-se a política de aquisição de frações autónomas para fins sociais, num plano a 3 anos, que conta com o financiamento do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), num processo onde o Município de Silves foi o primeiro a apresentar candidatura a nível nacional.

A educação, cultura, desporto e os eventos mais diretamente vocacionados para a promoção da economia local, persistem como eixos prioritários da ação municipal, que disponibiliza para o efeito consideráveis recursos financeiros, materiais e logísticos.

Nos campos do movimento associativo, coletividades, escolas e corporações de bombeiros, as transferências manter-se-ão, no fundamental, ao mesmo nível, dado que nos ciclos anteriores ocorreram vários reforços e o seu montante atual é extremamente elevado, cifrando-se em quase 1 milhão e 500 mil euros.

No quadro do relacionamento com as Freguesias/União de Freguesia, o orçamento para 2020 dá corpo à política de descentralização de competências livremente negociada e acordada, garantindo a duplicação anual das transferências, durante o mandato autárquico 2018-2021. Recordar-se que o montante anual de transferências passou de cerca de 558 mil euros para cerca de 1 milhão e 72 mil euros, estendendo-se a competências nas áreas dos caminhos municipais, limpeza urbana, mercados retalhistas, cemitérios e jardins e espaços verdes. Estas transferências complementam-se com a atribuição de subsídios para a comparticipação na aquisição de viaturas, realização de atividades e a doação de diverso equipamento para o exercício das competências próprias e delegadas.

No capítulo do investimento, os objetivos permanecem ambiciosos através da elaboração de projetos e lançamento e execução de obras que atravessam o concelho no seu conjunto, abarcando, nomeadamente, a extensão, remodelação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, a reabilitação e renovação urbana, a beneficiação da rede viária, a requalificação dos equipamentos e serviços públicos, etc.

Merece especial destaque o lançamento do complexo concurso público para a requalificação do Casino de Armação de Pêra que, no seu caderno de encargos, contempla as vertentes da elaboração do projeto técnico, construção e exploração do espaço, obra emblemática e estruturante para a Vila balnear.

No sistema de abastecimento de água, a autarquia desenvolve uma intervenção profunda e estratégica em todo o concelho, direcionada para o combate decisivo às perdas reais e aparentes de água, abrangendo, entre outras medidas, a remodelação, consolidação, modernização e reorganização de redes, bem como a introdução de tecnologia de ponta e a implementação de central de comando, no contexto reforçado da candidatura submetida e aprovada pelo programa nacional comunitário POSEUR (1 milhão e 55 mil euros).

No âmbito dos projetos de matriz inovadora, nos quais o Município de Silves se mostra empenhado e interventivo, destaca-se, no litoral, a Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário da Baía de Armação de Pêra, com a inclusão de investimentos públicos no que toca à concessão de apoios à comunidade piscatória e à requalificação da Praia dos Pescadores, mas também, no interior, a criação do Geoparque, de pendor intermunicipal, e que implica a submissão de candidatura à UNESCO, com a capacidade de promover o património natural, cultural e gastronómico do concelho e da região.

Mantém-se o propósito de potenciar o investimento através de medidas de boa gestão e planeamento, do aproveitamento das oportunidades de acesso aos fundos comunitários e/ou nacionais, para além do recurso ao financiamento bancário já garantido, sem os quais, tornar-se-ia impossível a realização de obras fundamentais para o desenvolvimento do concelho.

Em todo o caso, mantêm-se em vigor as 32 linhas de orientação estratégica que, pela sua natureza, se revestem de aplicação duradoura e são fundamentais para a gestão municipal que se pretende não casuística e não errática, visando, ao invés, a sustentação de uma intervenção autárquica dotada de visão abrangente, integrada e com prioridades.

## 2. Passivo

Os passivos financeiro e corrente mantêm-se sustentáveis e perfeitamente controlados, não representando preocupação acrescida no âmbito da gestão financeira. O prazo médio de pagamento é inferior aos 30 dias.

O passivo financeiro, incluindo a dívida relacionada com o processo “Viga d’Ouro” (que persiste), regista o montante de 11 947 030,00 euros à data de 31 de Dezembro de 2019, incluindo o valor do empréstimo bancário contraído para investimento no montante de 6,2 milhões de euros que será utilizado em 2020.

No orçamento para 2020, os compromissos com os empréstimos de médio e longo prazos (capital e juros) elevam-se a cerca de **722 072,61 euros**. Se contabilizarmos os compromissos com o processo “Viga d’Ouro”, o serviço da dívida atinge o valor de **1 018 542,60 euros**.

O passivo é uma importante variável da gestão autárquica que em função da sua natureza, corrente ou financeira, implica análises e conclusões distintas. No caso do passivo financeiro, a abordagem analítica é diferenciada, consoante se destina ao pagamento de dívida corrente (consequência de má gestão) ou à alavancagem do investimento (boa gestão).

Desde o último mandato autárquico (2014-2017) e até ao final de 2019, regista-se uma trajetória de desendividamento, não obstante a contração de empréstimos bancários para financiamento de investimento, o que é bem revelador de uma gestão financeira equilibrada e consentânea com a satisfação de necessidades e anseios das populações sem colocar em causa a disciplina orçamental e o rigor das contas públicas.

### **3. Impacto do Processo Viga d’Ouro nas Finanças Públicas Locais**

O cumprimento dos compromissos com a Banca no âmbito do processo “Viga d’Ouro”, iniciado em 2014, terminará em Outubro de 2020 com o pagamento à CGD do valor de **296 470,00 euros**.

Dadas as consequências desastrosas deste processo na gestão municipal e a sua própria natureza, importa reproduzir ainda neste relatório o histórico essencial dos acontecimentos.

O processo em referência remonta a finais de 2004 e a dívida global totalizava 4,9 milhões de euros, acrescida de juros de mora na ordem dos 2,2 milhões de euros, perfazendo o montante de **7,1 milhões de euros**.

Na sequência da negociação estabelecida com os bancos credores, entre finais de 2013 e meados de 2014, o município obteve **um perdão de 70% nos juros de mora**; daí resultou que a dívida (capital + juros de mora) se fixou nos **5,5 milhões de euros**.

Num primeiro momento, a 2.ª Secção do Tribunal de Contas, através do seu relatório consolidado n.º 4/2016, de 16 de Junho de 2016, concluiu pela existência de graves irregularidades e ilegalidades cometidas por anteriores responsáveis autárquicos no âmbito processo “Viga d’Ouro”, que abrangeu o período **2005-2013**, as quais conduziram à recusa da homologação das contas de gerência de 2011 e 2012, e à indicição da responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória dos anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Silves, mediante o pagamento de multa a favor do Estado, a fixar entre 2.550,00 e 18.360,00 euros, e a reposição nos cofres do Município de Silves da quantia de 668.823,97 euros, acrescida de juros de mora, à taxa legal em vigor.

Num segundo momento, no âmbito do processo n.º 4/2017 - JRF 3.ªS, foi proferida pela 3.ª Secção do Tribunal de Contas a sentença n.º 2/2018, de 17 de Janeiro de 2018, que julgou procedente a ação de efetivação de responsabilidade financeira reintegratória

instaurada pelo Ministério Público contra os anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Silves, e, em consequência, foram os mesmos condenados, solidariamente, a proceder à reposição nos cofres do Município de Silves da quantia de 267.752,58 euros, acrescida de juros de mora, à taxa legal em vigor.

Num terceiro momento, na sequência do recurso dos demandados, o plenário da 3.<sup>a</sup> Secção do Tribunal de Contas, através do seu acórdão n.º 7/2018, de 23 de Maio de 2018, já transitado em julgado, decidiu confirmar a sentença n.º 2/2018, de 17 de Janeiro de 2018 (processo n.º 4/2017 – JRF 3.<sup>a</sup>S), ao considerar que os anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Silves são responsáveis pela prática de uma infração financeira reintegratória, sem prejuízo da fixação da sua responsabilidade individual pelo valor dos prejuízos apurados e dados como provados.

Em suma, a 3.<sup>a</sup> Secção do Tribunal de Contas concluiu que os anteriores Presidentes da Câmara Municipal de Silves são responsáveis pela prática de infração financeira, da qual resultou prejuízos para o município, com a consequência de obrigação de ressarcimento do valor dos danos causados (668.823,97 euros); porém, se o Tribunal entendeu não desculpabilizar a responsabilidade financeira apurada, atendendo à gravidade da ilicitude dos factos e ao valor do prejuízo causado ao erário público, não deixou de reduzir o montante do valor a repor nos cofres municipais de 668.823,97 euros para 267.752,58 euros, considerando que a conduta dos responsáveis foi julgada negligente, que não tinham antecedentes em matéria de infrações financeiras, e atendendo ao impacto em termos pessoais da condenação na pessoa dos visados.

Acresce que, a respeito do processo “Viga D’Ouro”, o Tribunal de Contas não apenas corroborou as conclusões da auditoria externa promovida pelo Município de Silves no início do anterior mandato autárquico, como ainda elogiou a conduta do atual executivo municipal permanente na resolução deste intrincado processo e na atenuação dos prejuízos causados por anteriores responsáveis autárquicos ao erário público municipal.

#### 4. Orçamento para 2020

A proposta de orçamento atinge os **51,9 milhões de euros**, representando o acréscimo de 4,2 milhões de euros, comparativamente a 2019, cujo orçamento ascendeu a 47,7 milhões de euros.

Prevê-se que as receitas correntes atinjam 39,4 milhões de euros e as despesas correntes o valor de 32,2 milhões de euros. As receitas de capital apontam para 12,5 milhões de euros e as despesas de capital para 19,7 milhões de euros.

No montante global, inclui-se a totalidade do empréstimo bancário contraído para investimento no valor de 6,2 milhões de euros (ainda não utilizado). Prevê-se também a entrada de fundos comunitários e/ou nacionais no montante de 5,4 milhões de euros (+ 2,5 milhões de euros comparativamente ao período anterior).

O orçamento pela sua natureza como documento orientador e previsional, implica flexibilidade, folgas e ajustes ao longo do ano económico, naturalmente, dentro de certos limites e razoabilidade, visando a eficácia e a eficiência na alocação dos recursos, num quadro de observância da legalidade e da boa administração dos dinheiros públicos.

Sendo que, o orçamento para 2020 apresenta estimativas ambiciosas que são enquadradas pelos objetivos das Grandes Opções do Plano (GOP) e pelas linhas de orientação estratégica que estão definidas.

Os valores em causa representam um enorme desafio para o Município de Silves, apesar do grau de prossecução dos objetivos depender do desfecho de algumas candidaturas comunitárias (escolas, centro interpretativo do lince ibérico, ecovia do litoral sul), da evolução dos projetos técnicos e do desenvolvimento, celeridade e desfecho dos concursos das maiores empreitadas, designadamente as cobertas pelo financiamento bancário, fatores e variáveis que, obviamente, não dependem unicamente da *performance* da autarquia.

## **5. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

O montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) ascende a **19,7 milhões de euros**.

Do vasto conjunto de obras programadas, destacamos, em primeiro lugar, aquelas que são financiadas pelo empréstimo bancário:

- Requalificação do Jardim do Largo da República, em Silves (1 557 000,00 euros)
- Valorização e Beneficiação da Rua Atrás dos Muros, em Silves (350 000,00 euros)
- Reabilitação de Infraestruturas na Vila de Pêra (300 000,00 euros)
- Requalificação do Centro Histórico de São Bartolomeu de Messines (812 500,00 euros)
- Requalificação Urbana das Ruas da Baixa de Armação de Pêra – 1.ª fase (1 114 000,00 euros)
- Construção do Polidesportivo de Tunes - II Fase (400 000,00 euros)

### **Outros investimentos significativos:**

- Reabilitação e Requalificação do Mercado Municipal de Silves (883 335,00 euros)
- Reabilitação e Requalificação do Mercado Municipal de São Bartolomeu de Messines (609 815,00 euros)
- Remodelação da Rede de Águas e Saneamento - Travessia sobre o Rio Arade (414 690,00 euros)
- Ampliação da Rede de Abastecimento de Água na Zimbreira (192 485,00 euros)
- Extensão da Rede de Abastecimento de Água no Sítio do Malhão-Poço Frito (314 820,00 euros)
- Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento ao Azinhalinho (664 200,00 euros)
- Dispositivos de Controlo e Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água (400,000 euros)
- Otimização da Eficiência Energética do Complexo das Piscinas Municipais de Silves (408 410,00 euros)

- Reabilitação do Centro Histórico de Silves - 3.ª fase (219 650,00 euros)
- Conservação e Reabilitação da Casa do Forno em Silves (332 075,00 euros)
- Construção de Rampa de Acesso ao Rio Arade (187 880,00 euros)
- Centro Interpretativo do Lince Ibérico (362 850,00 euros)
- Arranjo Urbanístico do Largo 1.º de Maio em Pêra (50 000,00 euros)
- Requalificação da Área Envolvente ao Cemitério de Silves (150 000,00 euros)
- Requalificação da Área Envolvente à Estação de Silves (150 000,00 euros)
- Arranjo Urbanístico de Espaço de Lazer no Enxerim (150 000,00 euros)
- Requalificação de Arruamentos e Infraestruturas na Urbanização TAT em Armação de Pêra (227 900,00 euros)
- Aquisição/Reparação de Equipamento Básico (881 500,00 euros)  
(Maquinaria, reparação de máquinas)
- Reabilitação da Estrada Boião/Azilheira (682 455,00 euros)
- Execução de Lombas no concelho de Silves (130 000,00 euros)
- Requalificação Urbanística da Envolvente à Rua das Telecomunicações em São Bartolomeu de Messines (200 000,00 euros)
- Ecovia/Ciclovia do Litoral Sul em Armação de Pêra (300 000,00 euros)
- Caminho de Vale de Lousas com ligação à rotunda (66 435,00 euros)
- Caminho da Adega, Montinho e Corgo (115 000,00 euros)
- Pavimentação do Caminho da Ribeira de Arade aos Matosos (251 020,00 euros)
- Pavimentação do Caminho de ligação entre a VNC 5 – Canelas e Parque de Campismo de Canelas (130 135,00 euros)
- Arranjo de Rotundas (100 000,00 euros)
- Pavimentação do Caminho de Areias de Pêra com ligação à EN 125 (65 000,00 euros)
- Pavimentação de Caminho da Ribeira Baixa/Ribeira Alta (75 000,00 euros)
- Pavimentação de Caminho no Joinal (70 000,00 euros)
- Pavimentação do Caminho das Assumadas (50 000,00 euros)
- Conservação e Restauro da Ponte Velha de Silves (200 000,00 euros)
- Requalificação da EB 1 de Silves (735 375,00 euros)
- Requalificação da EB 1 de Alcantarilha (265 000,00 euros)
- Aquisição de Fogos para Habitação Social (342 000,00 euros)

A maturação dos investimentos é naturalmente díspar, encontrando-se em fases diversas: projeto em fase de elaboração, projeto concluído, concurso da empreitada por lançar, concurso para a adjudicação da empreitada a decorrer, obra por iniciar ou obra em curso. Um conjunto alargado de investimentos desenvolve-se ao longo dos anos de 2020 e 2021. Alguns dos investimentos dispõem de financiamento comunitário atribuído, enquanto outros aguardam pela apreciação final das respetivas candidaturas para obtenção de financiamento. Sublinhamos que parte dos investimentos serão reforçados através da primeira revisão orçamental.

## **6. GOP**

Neste capítulo detalhamos e fundamentamos os projetos integrados nos programas e objetivos das GOP para 2020, aduzindo atividades e ações complementares desenvolvidas pela autarquia, que também se inserem em cada um dos respetivos objetivos e lhes dão maior conteúdo e consistência.

### **Objetivos Políticos das GOP**

#### **- Apoio à Economia Local e à Criação de Emprego**

Destacamos o seguinte: Mostra “Silves, Capital da Laranja”, Feira Medieval de Silves, a participação na BTL/Lisboa, Semana Gastronómica de São Bartolomeu de Messines, Feira do Folar, Feira dos Frutos Secos, Festival da Caldeirada em Armação de Pêra, a participação na Rota do Petisco, Festa das Tradições, o projeto Turismo da Natureza/Nova Serra (que contempla a construção de 6 percursos e 1 acesso à Barragem de Odelouca), a empreitada da reabilitação da Casa do Forno para Casa-Mãe dos Vinhos e de outros produtos autóctones, as empreitadas de requalificação dos Mercados Municipais de Silves e de São Bartolomeu de Messines, a criação das Áreas de Serviço de Autocaravanas em São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra, a criação do Geoparque (com candidatura à UNESCO) em parceria com os Municípios de Loulé e Albufeira, o protocolo celebrado com a Associação “Rota dos Vinhos”, o Regulamento

de Taxas e Licenças Municipais, enquanto instrumento de incentivos à dinamização da economia local e de atração do investimento, a Área de Reabilitação Urbana de Silves (dotada de um conjunto alargado de apoios e benefícios fiscais) em vigor e as novas Áreas de Reabilitação Urbana de São Bartolomeu de Messines e Alcantarilha em fase de criação, os programas municipais de apoio à reabilitação urbana (PAHAB e PARJPI), a ação do Gabinete de Empreendedorismo Local em articulação direta com o Gabinete de Apoio à Presidência, na captação de investimento para o concelho, etc.

A abordagem e o âmbito deste objetivo interliga-se com o investimento municipal realizado no campo das infraestruturas básicas (v.g., água, saneamento, rede viária), com a construção de equipamentos, com a requalificação e reabilitação urbana, contribuindo de forma objetiva, direta e indireta, para o aumento da competitividade do meio local e o incremento da atividade económica.

#### **- Aumento e Melhoria da Rede de Água e Saneamento**

A melhoria dos sistemas da água e saneamento representa um eixo estratégico da atividade municipal, privilegiando-se a visão e a intervenção integradas, com base em estudos, elaboração de cadastros das redes, desenvolvimento de projetos e execução de obras.

A candidatura aprovada pelo programa nacional POSEUR em mais de 1 milhão de euros, subordinada à temática do combate às perdas reais e aparentes no sistema de abastecimento de água, apresenta-se como trabalho de importância primordial e decisiva para a chegada a patamares elevados.

Destacamos algumas obras: Requalificação Urbana das Ruas da Baixa de Armação de Pêra - 1.<sup>a</sup> fase, Requalificação do Centro Histórico de São Bartolomeu de Messines, Reabilitação de Infraestruturas na Vila de Pêra, Valorização e Beneficiação da Rua Atrás dos Muros (Silves), Extensão da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento ao Azinhalinho (São Bartolomeu de Messines), Travessias Rodoviárias do Rio Arade, Extensão da Rede de Abastecimento de Água no Malhão-Poço Frito.

Destacamos também a contratação de estudo a firma credenciada para a identificação de soluções técnicas (curto, médio e longo prazos), com vista à correcção dos desequilíbrios do sistema de saneamento de Algoz/Tunes, bem como a contratação de projeto técnico para conduzir os esgotos da Rua D. João II em Armação de Pêra para a Estação Elevatória de Esgotos (EEE) no Barranco do Vale do Olival.

Prosseguiremos com a compra e a instalação gradual de contadores com telemetria.

### **- Reforço da Limpeza e Higiene Pública**

Persiste como objetivo estratégico da atividade municipal, continuando a autarquia com a aquisição de viaturas e equipamentos diversos, reforço de pessoal, ajustamentos nos turnos, instalação de ilhas ecológicas, programas de lavagens e desinfeção de contentores, programas de limpeza e deservagem com recurso à contratação externa, pressão junto da ALGAR para trabalho mais eficiente na recolha dos resíduos, cumprimento do Plano de Ação - PERSU 2020, descentralização de competências para as Freguesias/União de Freguesias (em vigor para o mandato autárquico 2018-2021), reforço das ações de fiscalização, combate às descargas furtivas e ilegais de resíduos e monos, promoção de campanhas de sensibilização pedagógica, apelando a maior civismo e ao respeito pela salvaguarda do ambiente e da higiene pública.

### **- Requalificação de Equipamentos, Infra-estruturas e Serviços Públicos**

Salientamos os seguintes investimentos: Otimização da Eficiência Energética do Complexo das Piscinas Municipais de Silves, Requalificação do Jardim do Largo da República em Silves, Construção do Polidesportivo de Tunes (2.ª fase), Construção de Bancada no Estádio Municipal de Armação de Pêra, Requalificação dos Abrigos de Pesca na Praia dos Pescadores de Armação de Pêra (projeto), Projeto do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, Projeto da Reabilitação do Edifício dos Paços do Concelho, Requalificação do Quiosque do Jardim Municipal de São Bartolomeu de Messines, Remodelação dos Armazéns Municipais, Construção de Rampa de Acesso ao Rio Arade, Ecovia/Ciclovía do Litoral Sul em Armação de Pêra, etc.

### **- Melhoria da Rede Viária**

A intervenção nesta área é vasta, destacando-se o seguinte: Reabilitação da Estrada Boião/Azilheira (2.ª fase), Requalificação da Rua das Telecomunicações e Zona Envolvente em São Bartolomeu de Messines, Valorização e Beneficiação da Rua Atrás dos Muros em Silves, Pavimentação de Caminho no sítio das Casas (Alcantarilha), Pavimentação de Caminhos em Armação de Pêra, Reabilitação de Infraestruturas na Vila de Pêra, Repavimentação do Caminho dos Amendoais aos Cortezões (Tunes), Pavimentação do Caminho das Assumadas, Pavimentação de Caminho no Vale da Horta/Água Velha (São Marcos da Serra), Repavimentação da Estrada da Ribeira de Arade aos Matosos (São Bartolomeu de Messines), Pavimentação do Caminho da Amendoeira em Silves, repavimentação da Estrada de Montes Grandes em Silves, Pavimentação do Caminho da Adegas, Montinho e Corgo em São Bartolomeu de Messines, Pavimentação das Ruas de Poço Deão em Silves, Pavimentação do Caminho de Vale de Lousas em Alcantarilha, Pavimentação de Caminho em Areias de Pêra, Pavimentação de Caminho na Ribeira Baixa/Ribeira Alta no Algoz, Pavimentação do Caminho dos Aivados, etc.

### **- Salvaguarda do Património Cultural**

Nesta rubrica, realçamos a execução da empreitada de Conservação e Restauro da Ponte Velha de Silves e a elaboração do projeto de Musealização da Cruz de Portugal.

No que concerne ao projeto já concluído da Conservação e Restauro dos Sectores Norte e Poente das Muralhas do Centro Histórico Urbano de Silves, obra para valores próximos dos 2 milhões de euros, pressionaremos a tutela e o governo no sentido da obtenção de comparticipação comunitária e/ou nacional, uma vez que está em causa património da propriedade do Estado.

Prosseguiremos com os esforços necessários para a aquisição do espólio móvel do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês através do exercício do direito de preferência legal pela via judicial (processo judicial instaurado em 2016), bem como não

deixaremos de insistir na classificação do referido espólio com o grau de interesse público, assim como criar as condições necessárias para a reabertura e funcionamento do Museu da Cortiça.

#### **- Contributo para a Melhoria da Educação**

O investimento na Educação tem sido um dos eixos prioritários da política municipal, traduzido na valorização contínua das infraestruturas físicas, na criação de novos espaços escolares, na manutenção e modernização de equipamentos, no fornecimento de mobiliário e material didático-pedagógico, na gestão dos transportes escolares e na cedência de transportes e outro apoio logístico.

Aguardamos a entrega do 2.º autocarro para o transporte de crianças e adultos.

Foram elaborados os projetos técnicos de Requalificação das EB1 de Silves e Alcantarilha. Abrimos concurso público para a empreitada de Requalificação da EB1 de Silves e posteriormente submetemos candidatura aos fundos comunitários que aguarda apreciação final.

No setor da educação, relevamos a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, a comparticipação em passes escolares, a atribuição de auxílios económicos, a prestação da componente de apoio à família, a execução dos programas “Bandeira Azul”, “Férias Super Fixe” e “Alimentação Saudável nas Escolas”, a dinamização dos Pólos de Educação ao Longo da Vida com novas valências nas áreas do Teatro, Artes e Inglês, assim como o apoio múltiplo disponibilizado à comunidade escolar através do setor da Psicologia, etc.

#### **- Reforço na Intervenção Social**

Neste objetivo destacamos a aplicação do Regulamento Municipal de Apoio Social a Pessoas e Famílias Carenciadas ou em Situação de Vulnerabilidade, que é um instrumento estruturante na atribuição de um conjunto alargado de participações em

domínios como rendas de habitação, obras de conservação, beneficiação e/ou reabilitação de habitação, tarifário da água e saneamento, saúde e cidadãos com deficiência (com apoios na área da saúde, medicamentos, educação, transporte).

Neste campo, a autarquia prosseguirá com a aquisição de fogos para atribuição a famílias mais carenciadas. Mais, o projeto inovador das Hortas Comunitárias de Silves foi concluído, já entrou em funcionamento, e os lotes atribuídos contribuem quer para a ocupação criativa e saudável dos tempos livres, quer para a obtenção de poupanças no orçamento familiar.

São de elencar outras medidas como o apoio ao aluno e à família, o apoio a desempregados e aos imigrantes, bem como a realização de programas e projetos diversos na área social, ações de formação, visitas domiciliárias, rede social e parcerias, grupo de apoio à pessoa idosa, a atividade da Unidade Móvel de Saúde e a disponibilização de transportes de apoio à comunidade.

#### **- Dinamização de Atividades Desportivas e Culturais**

O Município de Silves desenvolve larga e dinâmica ação nos campos desportivo e cultural, ora como promotor direto, ora como agente fundamental e decisivo na realização dos eventos organizados pelo movimento associativo (apoio material, financeiro e logístico).

Na qualidade de promotor direto é de distinguir realizações como: a Feira Medieval de Silves, Sunset Secrets/Quintas do Castelo, Lado B, animação desportiva de Verão, Jazz nas Adegas, Festival de Teatro, Cinema ao Ar Livre, Cá se Faz (revelação de artistas locais), Fim de Semana com Sabor a Laranja, Marchas Populares, Dia do Município, Comemorações do 25 de Abril, Atividades de Natal, espetáculos protocolados com a Orquestra Clássica do Sul e a Orquestra de Jazz do Algarve. Estes eventos são complementados pelas atividades desenvolvidas pelos setores dos Museus, Castelo de Silves, Teatro Mascarenhas Gregório, Biblioteca Municipal de Silves e da Educação/Juventude.

A criatividade e o mérito do Município de Silves na área do desporto têm sido reconhecidos. Com a distinção de “Silves, Município amigo do desporto” e a certificação da Escola de Natação com o Nível II (2018) e Nível III (2019) pela Federação Portuguesa de Natação. Atente-se que o Nível III é a mais alta distinção concedida pela Federação de Natação.

### **- Defesa e Apoio ao Movimento Associativo**

No quadro dos programas PAIS (ação social), PAIAC (cultura), PAMAD (desporto) e PAAJU (organizações juvenis), no seu conjunto, desde 2014, os valores propostos têm vindo a crescer de forma gradual, sendo que para 2020, e face aos patamares já atingidos, os apoios vão-se manter, no quadro mais geral do Associa +.

Convém salientar que o apoio logístico e o transporte é em muitos casos mais significativo que o apoio financeiro concedido. Na aquisição de bens e investimentos, a colaboração do município também é particularmente relevante.

A liderança do Município de Silves atribui um papel fundamental às ações e ao desempenho do movimento associativo, respeitando o seu espaço e autonomia, enquanto fator de coesão do tecido social, qualificação e valorização do território.

### **- Proteção Civil e Segurança**

As transferências diretas para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Silves têm crescido anualmente, desde 2014 a esta parte, prevendo-se a sua estabilização. A acrescer aos subsídios concedidos, destacamos os encargos da autarquia com o pagamento da água, eletricidade, seguros de pessoas e viaturas, para além das participações na aquisição/reparação de equipamentos e viaturas.

O papel relevante do Município de Silves no apoio aos Bombeiros foi reconhecido pela Liga dos Bombeiros Portugueses, que atribuiu recentemente a “*Medalha de Serviços Distintos - Grau Ouro*” à *Câmara Municipal de Silves, pela «prática de serviços*

*distintos que contribuíram, com notável evidência, para o engrandecimento e prestígio das Instituições de socorrismo».*

Por outra banda, a ação dos Serviços Municipais de Proteção Civil dispõe de meios humanos, financeiros e materiais para cumprir com a sua missão diária que é reconhecidamente de excelência.

Desenvolvemos intervenção regular e planeada na prevenção do combate aos fogos florestais, recorrendo a meios próprios e à contratação externa.

#### **- Reforço de Cooperação entre Administrações**

Neste objetivo, importa relevar o cumprimento dos acordos de execução e contratos interadministrativos de delegação de competências, de natureza plurianual, celebrados com as Freguesias/União de Freguesias do concelho para o mandato autárquico 2018-2021, que traduzem uma duplicação de verbas relativamente ao mandato anterior.

#### **- Apoio a Organizações de Caráter Cívico e Religioso**

O orçamento contempla mais uma vez apoios a entidades religiosas e afins.

#### **- Operações Financeiras**

As amortizações de capital (empréstimos de médio/longo prazo) ascendem a 722 072,61 euros e os encargos financeiros a 80 976,52 euros.

#### **- Processo “Viga d’Ouro”**

Os pagamentos à Caixa Geral de Depósitos ascendem ao valor de **296 470,00 euros**.

## **7. Clareza e Transparência do Orçamento e das GOP**

A clareza e a transparência do orçamento municipal é uma evidência redobrada desde o anterior mandato autárquico, prosseguindo, naturalmente, no atual, por intermédio da (i) manutenção de duas unidades orgânicas no orçamento (Assembleia Municipal e Câmara Municipal), (ii) inexistência de rubricas indefinidas de elevado montante nas GOP ou no PPI, (iii) criação de objetivos políticos nas GOP e no PPI, (iv) criação de um objetivo específico para o processo “Viga d’Ouro”, que espelha cabalmente os valores e o peso deste item nas GOP e no PPI.

A clareza e transparência do Orçamento e das GOP é substancialmente reforçada com a criação do presente relatório (desde 2015), que fundamenta a Política Orçamental e espelha as Linhas de Orientação Estratégica adotadas pelo Executivo Municipal.

## **8. Linhas de Orientação Estratégica (Monitorização)**

Pelo seu conceito e natureza, e pela sua longa temporalidade, as linhas de orientação estratégicas definidas para 2014, primeiro ano do mandato autárquico de maioria CDU, mantêm-se válidas, sendo apenas passíveis de maior precisão e ajuste em resultado da sua monitorização constante e regular, assentando numa intervenção municipal necessariamente planeada e coerente.

Os objetivos estratégicos estão definidos numa base sustentável, não académica, tendo em conta os recursos e as capacidades instaladas da autarquia, caracterizando-se pela sua objetividade e exequibilidade.

Por razões metodológicas de análise e em função da monitorização anual, todo o histórico vai sendo mantido.

**Com base nos pressupostos gerais enunciados, foram criadas as linhas de orientação estratégica, conforme segue:**

- 1) Proceder à regularização do passivo em contencioso, designadamente as dívidas relacionadas com o processo “Viga d’Ouro”, bem como prosseguir com a diminuição do contencioso/litígios judiciais que envolvam a autarquia - (objetivo estratégico concretizado com êxito no 1.º ano do mandato autárquico 2014-2017; passivo por regularizar com a Caixa Geral de Depósitos até Outubro de 2020).
  
- 2) Implementar a reestruturação orgânica da autarquia, inculcando-lhe maior racionalidade, eficácia e eficiência - (alterações importantes já realizadas; contudo, a natureza do processo, obriga a aperfeiçoamentos e ajustes contínuos, sobretudo em face da descentralização de competências da Administração Central (transferência de encargos) que se antevê por força dos diplomas regulamentadores da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto).
  
- 3) Finalizar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal em 2020 - (a primeira reunião da Comissão Consultiva que acompanha e avalia os trabalhos de revisão do PDM decorreu no dia 02 de Outubro de 2018, perspectivando-se, na sequência de várias reuniões setoriais, a convocação da sua segunda reunião para inícios de 2020, prosseguindo os ulteriores trâmites legais).
  
- 4) Explorar as potencialidades e virtudes da engenharia orçamental, associando-a às possibilidades legais de alargar as fontes de financiamento, com vista a aumentar a capacidade de investimento da autarquia - (linha de orientação em constante execução, com notória eficiência e eficácia).
  
- 5) Potenciar ao máximo o que resta do atual Quadro Comunitário de Apoio (QREN 2007-2013), acedendo a meios de financiamento em condições vantajosas, que viabilizam novos investimentos - (objetivo realizado durante o 1.º e 2.º anos do mandato autárquico 2014-2017).

(Neste âmbito, sublinhe-se, conseguiu-se recuperar um conjunto de candidaturas e assegurar a conclusão da execução de outras. Candidaturas recuperadas: “Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - Central Telefónica”, “Serviços On-Line”, “Portal Autárquico” (49 mil euros); “Rota Al-Muthamid” (13 mil euros); “Odyssea Sudoeste 2” (100 mil euros). Execução de outras candidaturas: “Recuperação e Valorização Ambiental – Vale do Olival/1.ª e 2.ª fases” (142 mil euros); “Beneficiação e Conservação da Torre 16 – Almedina de Silves” (77 mil euros); “Aquisição de material e equipamento para os Bombeiros do Concelho de Silves” (109 mil euros); “Repavimentação da estrada de Vale Fuzeiros/Calçada” (294 mil euros).

- 6) Potenciar o acesso da autarquia ao próximo Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020), preparando para o efeito projetos em carteira, manifestando formalmente intenções de candidatura, apresentando candidaturas e explorando também a possibilidade de entendimentos intermunicipais - (em fase de implementação contínua).
- 7) Reorganizar e melhorar continuamente o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza e higiene pública, com base no seguinte: renovação gradual da obsoleta frota de transporte, compra de ferramentas e equipamento mecânico, constituição de stocks de substituição, desencadeamento atempado dos procedimentos de aquisição de bens/prestação de serviços, relançamento e intensificação das lavagens dos equipamentos, estudo das rotas e turnos, criação de melhores condições de trabalho, execução do Plano de Ação - PERSU 2020, criação de ilhas ecológicas, lançamento de campanhas de sensibilização e educação ambientais, reforço da fiscalização e aplicação de medidas coercivas e sancionatórias - (objetivo em fase de implementação contínua, com francas e reconhecidas melhorias).
- 8) Consolidar o processo de delegação de competências para as Freguesias/União de Freguesias, entre outras ações de relevo - (processo em fase de aperfeiçoamento contínuo, destacando-se a aquisição e cedência de viaturas).

- 9) bem como de outros bens materiais e equipamentos fundamentais à intervenção das Freguesias/Uniões de Freguesias).
- 10) Dar cumprimento ao Plano de Ação - PERSU 2020 - Gestão de Resíduos Urbanos - (em fase de implementação).
- 11) Intervir de forma integrada sobre o sistema de abastecimento de água a partir da elaboração de cadastros, estudos e projetos; consolidar e modernizar o sistema em todo o concelho, seccionando-o, introduzindo equipamentos tecnológicos de topo, controlando pressões e caudais, criando central de comando, reforçar a adução, melhorar a capacidade de armazenagem e a rede de comunicações;
- 12) Melhorar a qualidade da rede de abastecimento de água em baixa, identificando e corrigindo as persistentes roturas de forma definitiva, reduzindo os elevados níveis de desperdício e fraude; remodelação de troços; substituição do fibrocimento; prosseguir com a extensão da rede; substituição do “software” informático de gestão; instalação de contadores de telemetria - (prosseguir com a implementação e o combate decisivo às perdas reais e aparentes de água; novo software informático das águas implementado em 2014-2017).
- 13) Identificar pontos fracos nas várias áreas de funcionamento da autarquia, desenvolvendo esforços no sentido de os reduzir e criando mecanismos de boa administração - (prosseguir com a implementação).
- 14) Cumprir com as competências municipais na área da educação, setor vital para o desenvolvimento do país - (prosseguir com a implementação, mediante um investimento contínuo nas 22 escolas do concelho de Silves).
- 15) Atribuir especial cuidado às ações de prevenção de incêndios, na extensa área florestal do concelho de Silves - (prosseguir com a intervenção no terreno).

- 16) Atribuir especial cuidado às ações de prevenção ambiental na Ribeira de Alcantarilha, reforçando a articulação com as autoridades que a tutelam - (prosseguir com a intervenção no terreno).
- 17) Manter e/ou reforçar, dentro das limitações financeiras existentes, as transferências para as Freguesias/União de Freguesias - (objetivo cumprido com a duplicação das transferências no mandato autárquico de 2018-2021).
- 18) Manter um clima de relacionamento e cooperação aberta, leal e frontal com todas as Freguesias/União de Freguesias do concelho de Silves, sem qualquer espécie de discriminação - (em implementação contínua).
- 19) Manter e/ou reforçar, dentro das limitações financeiras existentes, as transferências para as Corporações de Bombeiros, coletividades, associações e instituições nas áreas da educação, ação social, cultura, desporto e outras - (em implementação contínua).
- 20) Promover e captar investimento produtivo e sustentável para o concelho de Silves, criando condições favoráveis para quem o queira fazer - (em implementação contínua).
- 21) Promover a realização de um plano estratégico para a cultura, turismo e património - (em implementação contínua).
- 22) Promover e valorizar os produtos locais (citrinos, vinhos, frutos secos, cortiça, medronho), o artesanato, a gastronomia e o folclore - (prosseguir com a implementação).
- 23) Privilegiar a economia local nos processos de aquisição de bens e serviços, salvaguardando a correta aplicação das regras da contratação pública - (prosseguir com a implementação).

- 24) Promover, valorizar e recuperar o património histórico-cultural - (prosseguir com a implementação).
- 25) Promover e valorizar a imagem e comunicação da autarquia - (novo Portal Autárquico criado no mandato autárquico 2014-2017; prosseguir com a implementação).
- 26) Manter o alerta relativamente a uma janela de oportunidade que se abra no que concerne ao financiamento do projeto de Desassoreamento do Rio Arade, pressionando as entidades governamentais, com responsabilidade direta na matéria - (objetivo alvo de prossecução contínua).
- 27) Promover o investimento na área da habitação social - (em implementação contínua).
- 28) Assegurar a aquisição do espólio do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês (por realizar no âmbito de acção judicial em curso, que foi intentada pelo município), bem como da casa térrea onde nasceu o Poeta João de Deus (objetivo realizado).
- 29) Dinamizar o funcionamento dos equipamentos públicos pertença ou sob a administração do Município de Silves (Castelo, Museu Municipal de Arqueologia, Teatro Mascarenhas Gregório, Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica, Casa-Museu João de Deus, Museu Etnográfico) - (em fase de implementação contínua).
- 30) Dar a resposta possível no quadro das competências próprias às solicitações de apoio social - (em implementação contínua, graças à elaboração e entrada em vigor do novo regulamento de apoios sociais durante o anterior mandato autárquico).
- 31) Proceder à renovação sustentada e gradual do Parque de Máquinas e Viaturas - (prosseguir com a implementação).

- 32) Promover a modernização administrativa e técnica - (prosseguir com a implementação).
- 33) Promover a inovação e a utilização das novas tecnologias - (prosseguir com a implementação).
- 34) Aproximar e fomentar o relacionamento do município com os munícipes – (prosseguir com a implementação; aplicação do Orçamento Participativo de Natureza Consultiva).
- 35) Implementar o Balcão Único de Atendimento (em fase gradual de implementação).

## 9. Nota Final

A elaboração do Orçamento Municipal para 2020 ainda não foi sujeita à obrigatoriedade da plurianualidade, embora já a contemple em muitos dos seus itens e seja prática crescente da atual Gestão Municipal, conforme determinam os artigos 41.º e 44.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro).

Refira-se, contudo, que o Capítulo IV da mesma Lei (regras orçamentais) não se encontra regulamentado.

### Presidente da Câmara

*Rosa Cristina Gonçalves da Palma*

Silves, 24 de Outubro de 2019